

«SEARA NOVA» N.º 1479

A sair em Janeiro de 1969

Provas enviadas à Censura em

11 de 12 de 68

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

PARA que a vida portuguesa se regenere — como é urgentíssimo — impõe-se, além de uma mudança de costumes, uma profunda remodelação da nossa estrutura social sob objectivos determinados, remodelação que se traduz em certas reformas sociais, económicas, financeiras e jurídicas. Pois bem: o professor deve conhecer nitidamente essas necessidades do País, a natureza das reformas que elas exigem, os nossos fins nacionais, e proceder de maneira que o seu trabalho vá propagar e intensificar as remodelações da sociedade. Cumpre que o novo ensino seja instituído como uma função que, em íntima ligação com outras funções, concorra conscientemente com todas elas para o ressurgimento português; que a escola reformada do futuro actue também sobre os adultos e não somente sobre os escolares, com um largo espírito de fraternidade, de cooperação e de tolerância, como um instrumento social que deve ser; que a sua ciência se considere como um instrumento do viver social; que ela seja, na mais forte acepção do termo, uma sociedade, e que o professor se sinta, a todos os instantes, uma espécie de combatente mobilizado para a reforma da Nação, e bem conhecedor do seu papel num plano de conjunto a realizar. Tudo que for reformar o ensino sem ver de alto (e em pormenor) as necessidades de Portugal e as do mundo depois da guerra — redundará em fazer obra de *camelote*, de miopia e de incompetência.

A escola exprime a sociedade, dá o que lhe pedem: e ninguém lhe pede educação, mas diplomas. — sendo certo, no entanto, que os que pedem diplomas para seus filhos, e só diplomas, foram educados no seu tempo pelas escolas por



10

«SEARA NOVA» N.º 1479

A sair em Janeiro de 1969

Provas enviadas à Censura em

12

de 65

tuguesas. De aqui se conclui que nem a sociedade nem as escolas podem atirar a primeira pedra, e que ninguém tem culpa de que em Portugal não tivesse surgido até hoje, apesar de tantas evoluções políticas, um verdadeiro movimento de reforma, social e pedagógica; e de aqui se conclui igualmente ser impossível reformar a escola sem se trabalhar ao mesmo tempo na transformação da sociedade.

Em resumo, segundo estes depoimentos de professores e pelas próprias palavras deles, não temos ainda ensino infantil; o primário fomenta a criminalidade e arruína as inteligências das crianças; o secundário está completamente afastado do que deveria ser o seu objectivo, sendo lastimoso o estado em que os rapazes entram, e se conservam, nos liceus; no ensino normal é tudo pobre, arcaico, rotineiro, bafiento; e finalmente, a verdadeira Universidade ainda não existe.

Tal é, meus senhores, a realidade da situação: a Burla completa. Ela reflecte o estado do País, os nossos vícios colectivos. Decerto não esperavam que, sendo o que é a sociedade, a escola fosse o que não é.

Permitam-me notar, antes de prosseguir, que a incompetência da escola não seria tão grande se o objectivo do ensino fosse encher, digamos assim, os estudantes, com o abstracto conhecimento de certas afirmações da ciência. Mas o objectivo do ensino não, não deve ser esse; é desenvolver o humana em cada espírito, emancipar os indivíduos, servir o progresso social; é treinar as inteligências para as tornar cada vez mais plásticas, adaptáveis, como exige a moderna Democracia; é familiarizar a gente moça com o manejo da realidade, preparando no estudante um produtor moderno, de juizo seguro e braço pronto, — entendendo-se por



[Large blue ink scribbles and signatures framing the text and overlapping the stamp.]

«SEARA NOVA» N.º 1479

A sair em Janeiro de 1969

Provas enviadas à Censura em

11 de 12 de 68

isto, quer o produtor na vida económica, quer o criador na ciência e na arte; o objecto do ensino, em resumo, é dar à juventude a capacidade de um contínuo desenvolvimento, a iniciativa intelectual, habilitando os Portugueses para uma vida mais humana, mais progressiva, mais fecunda, dentro de um Portugal ressurgido.

.....
E nós? e os senhores? Nós — os que não pertencemos à instrução pública, não temos influência imediata nos serviços dessa instrução? A nós, a nossa independência em relação ao Estado dá-nos a melhor das situações para poder intervir no problema, — criando, e sobretudo mantendo, um movimento de opinião esclarecido e vigoroso. Chegámos a um momento em que as reformas nacionais se impõem, inexoravelmente, e não só as reformas mas a Reforma, transformação na estrutura social e no moral dos cidadãos, — nesta atitude passiva inconsciente, messiânica, do País. Só com o apoio *efectivo* da Nação pode surgir um govreno nacional a fazer reformas verdadeiras. Com a da instrução ganhariam todor: os pais, que teriam os seus filhos melhor educados; os professores, que fariam um trabalho muito mais atraente; os alunos, que passariam a entrar na aula como numa festa. *Mas cumpre que para isso cada um intervenha*, curando-se da inércia habitual com que abandonamos aos políticos as nossos interesses fundamentais. Pretendemos constituir uma Democracia; temos estado por enquanto no contrário dela, e por nossa culpa, — porque sendo a Democracia o regime político em que os negócios são fiscalizados pela opinião pública, conclui-se que quando não existe opinião pública esclarecida e organizada, efectiva e *actuante*, não pode haver Democracia. E não pode haver reforma da escola, que só será uma forte realidade dentro de uma corrente social, que a determine e impulsione.

ANTONIO SERGIO

(Extracto de «O ensino como facto do ressurgimento nacional», 1918)